



Faculdade Batista
do Rio de Janeiro

FACULDADE BATISTA DO RIO DE JANEIRO

THIAGO GULÃO DA SILVA E SILVA DE MORAES

A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO:

Um estudo sobre a influência da política partidária na pureza da Igreja.

Rio de Janeiro

2025

THIAGO GULÃO DA SILVA E SILVA DE MORAES

A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO:

Um estudo sobre a influência da política partidária na pureza da Igreja.

Artigo apresentado ao curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Batista do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de bacharel.

Orientador(a): Prof. Juan de Paula Siqueira

Rio de Janeiro

2025

RESUMO

Este artigo trata da relação entre a Igreja e o Estado, com foco na influência da política partidária na pureza e na unidade da Igreja; a ênfase é no contexto das igrejas batistas. Parte-se da hipótese de que a política partidária, quando introduzida no ambiente religioso, é capaz de macular a pureza da Igreja e enfraquecer sua unidade. Metodologicamente, o trabalho se desenvolve por meio de revisão bibliográfica, abrangendo contribuições de reformadores e teólogos contemporâneos, bem como de pensadores batistas sobre liberdade religiosa, separação entre Igreja e Estado, eclesiologia e laicidade. Complementarmente, realizou-se pesquisa de campo com 79 membros e líderes de igrejas batistas do estado do Rio de Janeiro, por meio de questionário eletrônico, a fim de identificar a percepção dos fiéis acerca dos impactos da polarização político-partidária no contexto das igrejas. Os resultados apontam que a maioria dos respondentes percebe a presença de tensões, conflitos e afastamentos internos relacionados a posicionamentos políticos, ainda que a maior parte das igrejas não defenda formalmente apoio institucional a candidatos ou partidos. A análise histórica evidenciou que a tradição batista, desde suas origens, tem defendido a liberdade religiosa e a distinção entre as esferas da Igreja e do Estado, compreendendo que a instrumentalização da fé por projetos políticos compromete o testemunho cristão. Do ponto de vista pastoral, o estudo indica a necessidade de preservar a centralidade do evangelho, evitar o uso do púlpito como palanque eleitoral, respeitar a liberdade de consciência dos membros e promover a unidade como expressão da vocação da Igreja, com posições firmes e com influências em todas as áreas humanas, inclusive na política. Conclui-se que a polarização político-partidária representa um desafio concreto à pureza e à unidade da Igreja, exigindo discernimento bíblico e prudência pastoral na relação com o Estado e com a esfera pública.

Palavras-chave: Igreja e Estado; Política partidária; Pureza da Igreja; Igrejas batistas; Polarização política.

ABSTRACT

This article examines the relationship between the Church and the State, focusing on the influence of party politics on the purity and unity of the Church, with emphasis on the context of Baptist congregations. The study is based on the hypothesis that party politics, when introduced into the ecclesial environment, can stain the Church's purity and weaken its unity. Methodologically, the research was developed through a bibliographical review, drawing on contributions from Reformers, contemporary theologians and Baptist thinkers on religious freedom, church–state separation and secularism. Additionally, field research was conducted with 79 members and leaders of Baptist churches in the state of Rio de Janeiro, using an electronic questionnaire to identify believers' perceptions regarding the impact of political polarization within church life. The results indicate that most respondents perceive the presence of tensions, conflicts and internal distancing related to political positions, even though most churches do not formally endorse candidates or parties. The historical analysis revealed that the Baptist tradition, since its beginnings, has defended religious freedom and the distinction between the spheres of Church and State, understanding that the instrumentalization of faith for political projects compromises Christian witness. From a pastoral perspective, the study highlights the need to preserve the centrality of the gospel, avoid the use of the pulpit as an electoral platform, respect the freedom of conscience of church members, and promote unity as an expression of the Church's vocation—while maintaining firm convictions and influencing all areas of human life, including politics. The study concludes that political polarization represents a concrete challenge to the Church's purity and unity, demanding biblical discernment and pastoral prudence in its relationship with the State and the public sphere.

Keywords: Church and State; Party politics; Purity of the Church; Baptist churches; Political polarization.

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	4
<u>2</u>	<u>DESENVOLVIMENTO</u>	5
<u>2.1</u>	<u>A PROBLEMÁTICA DA POLARIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NAS IGREJAS BATISTAS</u>	5
<u>2.2</u>	<u>A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO APÓS A REFORMA PROTESTANTE E SUA EXPRESSÃO NA TRADIÇÃO BATISTA.</u>	8
<u>2.3</u>	<u>UMA ABORDAGEM PASTORAL E BÍBLICA SOBRE A PUREZA DA IGREJA E OS DESAFIOS DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL COM O ESTADO.</u> Erro! Indicador não definido.	<u>2</u>
<u>3</u>	<u>CONCLUSÃO</u>	Erro! Indicador não definido. 8
	<u>REFERÊNCIAS</u>	20
	<u>APÊNDICE A — Pesquisa</u>	2 Erro! Indicador não definido.

A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO:

Um estudo sobre a influência da política partidária na pureza da Igreja.

Thiago Gulão da Silva e Silva de Moraes

Juan de Paula Siqueira

1) INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a sempre delicada relação entre a Igreja e o Estado, com foco específico na influência político-partidária sobre a pureza da Igreja. O objetivo é demonstrar as possíveis máculas decorrentes da polarização política e seus desdobramentos no ambiente eclesial. A partir desse cenário, este trabalho de conclusão de curso (TCC) parte da seguinte hipótese: a política partidária dentro da Igreja é capaz de comprometer sua pureza e enfraquecer sua unidade.

Sob esta perspectiva o TCC é fundamentado em fontes bibliográficas, empregará o método de revisão de literatura, com análise de publicações teológicas, sociológicas e políticas, a fim de estabelecer parâmetros para uma relação mais equilibrada e saudável entre Igreja e Estado. Além disso, serão consideradas entrevistas com líderes religiosos, utilizadas para identificar a percepção dos impactos da influência político-partidária sobre a unidade da Igreja. Para investigar o tema proposto, a pesquisa será desenvolvida em três seções.

Na seção 1, “A problemática da polarização político-partidária nas igrejas batistas”, será apresentada uma abordagem direta acerca dos conflitos que emergem na relação entre Igreja e Estado, em especial aqueles provocados pela polarização e pela presença de discursos partidários nos púlpitos, sobretudo em períodos de eleições majoritárias.

Na seção 2, “Um panorama histórico sobre a relação entre a Igreja e o Estado após a Reforma Protestante e suas implicações no contexto histórico dos batistas brasileiros”, será traçado um breve relato histórico sobre a relação entre as duas esferas, a partir do pensamento dos reformadores, passando por teólogos e pensadores modernos, até sua repercussão no contexto brasileiro contemporâneo.

Por fim, na seção 3, “Uma abordagem pastoral e bíblica sobre a pureza da Igreja e os desafios de uma relação saudável com o Estado”, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com membros e líderes religiosos das igrejas batistas fluminenses, indicando caminhos pastorais coerentes para a manutenção da pureza da

Igreja e para o fortalecimento da unidade como expressão da missão de proclamar o evangelho e viver para a glória de Deus.

Destaca-se, por fim, que a relevância deste estudo e de seu tema está diretamente ligada ao campo teológico, pois a unidade e a pureza da Igreja são fundamentais para o pleno desenvolvimento de sua missão. A ingerência da política partidária e uma relação perniciosa com o Estado podem acarretar graves prejuízos e distorções, sobretudo no testemunho público da Igreja, que é o corpo de Cristo.

2) DESENVOLVIMENTO

2.1) A PROBLEMÁTICA DA POLARIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NAS IGREJAS BATISTAS.

Nos últimos anos, tem sido crescente o avanço da polarização político-partidária dentro das igrejas evangélicas, em busca de apoios e da captação do chamado voto conservador (DULCI, 2016, p.41), o que, inclusive, pode ser observado em igrejas de tradição batista, nos termos da pesquisa de campo realizada neste trabalho, o que fere o princípio da separação da Igreja e do Estado um dos pilares do movimento que originou os batistas no mundo.

O debate político é de interesse de todos os cidadãos, e é saudável ter posições claras a respeito de temas preciosos para o cristianismo que estão sob a pauta política, como posição acerca de valores familiares, aborto e outros (LEEMAN, 2025). Contudo, a utilização de púlpitos como palanques eleitorais tem causado ruptura em preceitos importantes para a manutenção da tradição cristã, tais como a comunhão e a unidade da igreja.

A pressão política sobre os evangélicos tem avançado em proporções semelhantes ao crescimento numérico desse segmento no país. Os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2022, indicam que a população evangélica passou de 21,7% em 2010 para 26,9% da população brasileira, totalizando aproximadamente 47,4 milhões de pessoas.¹

¹Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6417#/g/2/v/140/p/all/c86/all/c2/all/c133/all/1/v.p+c86+c2+c133.t/resultado> acesso em 25/11/2025

Esse aumento expressivo reforçou o interesse político por esse grupo religioso, algo percebido em diversas igrejas. Na pesquisa realizada para este trabalho, 39 dos 79 respondentes afirmaram acreditar que a política partidária tem causado divisões dentro da igreja, evidenciando que esse fenômeno é sentido de maneira concreta no ambiente congregacional

Tal crescimento se deve em grande parte ao avanço das igrejas pentecostais e neopentecostais, que são a absoluta maioria no campo evangélico, o que não exime as demais denominações históricas do assédio dos candidatos que disputam o “voto evangélico” ou “votos de cajado”² (DULCI, 2016), que foram importantes para a corrida presidencial de 2018, e se estabeleceu um relacionamento mais agressivo em busca de apoio de líderes religiosos.

A pesquisa realizada confirma esse cenário: 35 participantes afirmaram já ter presenciado discussões sobre política partidária durante cultos ou reuniões, e 40 disseram perceber tensões ou divisões entre membros por motivos políticos. Esses dados reforçam que o partidarismo não se restringe a um segmento específico, mas tem afetado de forma transversal diversas comunidades batistas fluminenses.

Uma das principais justificativas apresentadas por atores políticos para ampliar o partidarismo no contexto evangélico é o avanço de pautas associadas à esquerda, consideradas por muitos cristãos como contrárias a valores bíblicos, como questões relacionadas ao aborto, às drogas, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à pauta de gênero. (DULCI, 2016).

Embora tais temas mobilizem opiniões, a pesquisa de campo mostra que a maioria das igrejas não adota apoio institucional a candidatos, já que 73 dos 79 respondentes afirmaram que sua igreja não apoia nem promove nomes específicos em períodos eleitorais, e 29 afirmaram que suas igrejas nunca adotaram posição política pública. Por outro lado, 12 responderam que sua igreja já adotou alguma posição pública em eleições.

Além disso, quanto ao envolvimento de pastores com política partidária, 40 entrevistados responderam que líderes não devem se envolver, enquanto 38 adotaram a posição de que isso “depende do contexto”, o que revela percepções variadas, porém majoritariamente cautelosas.

² Votos negociados entre pastores e candidatos a cargos eletivos a cada dois anos.

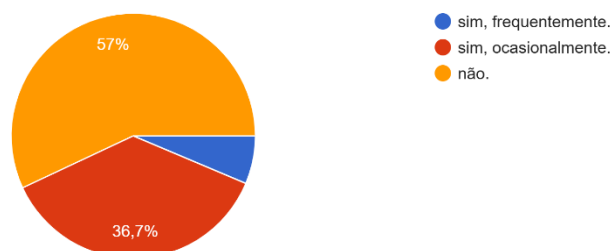
O ponto em questão não é a possibilidade de um cristão ser candidato a um cargo eletivo (o que é plenamente possível), e sim a realização de partidatismo dentro da igreja, a utilização da fé como moeda de troca e o depósito da confiança de todos os problemas da humanidade em ideais políticos partidários, o que definitivamente não é a bússola que deve orientar os rumos da igreja cristã. (KOYZIS, 2021).

A realização de campanha política dentro das igrejas batistas é uma afronta às origens históricas de uma tradição tão intimamente ligada aos movimentos separatistas e puritanos ingleses que defendiam a separação da igreja como uma reunião de cristãos sob o senhorio de Cristo, e, de outro lado, o estado governado pelas autoridades civis (HAYKIN, 2020).

O combate às mazelas e ao pecado não pode ser pretexto para o aparelhamento dos templos religiosos e utilização da fé como recurso para a captação de voto, o que foi visto de maneira crescente ao longo dos anos e com seu ápice nas eleições presidenciais de 2022.

A chamada do jornal Correio Braziliense³ publicada em 24 de setembro de 2022 fez a seguinte consideração: A disputa pelo voto cristão por Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, e por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está rachando as igrejas evangélicas, o que é corroborado pela pesquisa de campo realizada, já que a maioria dos respondentes (63,3% - 50 pessoas das 79 entrevistadas)⁴ presenciou discussões políticas durante cultos ou reuniões nas igrejas batistas.

Você já presenciou discussões sobre política partidária durante reuniões ou cultos na sua igreja?
79 respostas



³ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5039144-disputa-pelo-voto-entre-lula-e-bolsonaro-divide-igrejas-pentecostais.html>, acesso em 25/11/2025.

⁴ Nas entrevistas 57% das pessoas responderam que já presenciaram ocasionalmente discussões na igreja, enquanto 6,3% disseram que já presenciaram frequentemente, o que leva a total de 63,3%, contra 36,7% de pessoas que não presenciaram discussões dessa natureza.

Enquanto a divisão provocada pelo partidarismo perdurar, a igreja sofre, a missão segue deficitária, líderes podem se digladiar para apoiar o candidato da esquerda ou o da direita, mas nenhuma das vertentes ideológicas são capazes de suplantar o evangelho de Cristo, que deve ter primazia absoluta em nossos cultos e celebrações públicas, não há outro salvador, Jesus é o único.

No meio das igrejas batistas há oficiais que são homens separados por Deus para pastorear seu rebanho, compartilhar dos ensinamentos nas escrituras sagradas e fazer discípulos, e tais líderes devem ser ouvidos e honrados desde que estejam debaixo da orientação do supremo Pastor, a saber: Jesus Cristo. (BLEDSOE, 2022).

É mister pontuar que a primordial missão da igreja é proclamar o evangelho e fazer discípulos de Cristo por todas as nações, este (Jesus Cristo) é o único caminho para a salvação, e quando há outros fatores externos ocupando o lugar da pregação do evangelho, a igreja começa a perder seu equilíbrio e se afasta da unidade que deve ser espelhada pelo Deus Pai, Filho e Espírito Santo. (GRUDEM, 2014).

Como bem preceitua o Dr. Franklin Ferreira: “... a igreja não extrai sua missão do Estado, assim como o Estado não extrai sua ação da igreja. Deus estabelece duas esferas distintas e separadas.”⁵ Dito isto, é preciso delimitar os papéis de cada instituição, com o entendimento que ambas foram estabelecidas por Deus, a igreja na missão de pregação do evangelho e o Estado com a missão de recompensar e punir, e o que tem ocorrido é a deturpação dos papéis, com o status de Salvador para Estado ou no político que o representa, o que resulta nos inúmeros problemas de convivência entre os irmãos.

As ideologias políticas de ambos os espectros políticos buscam ter uma narrativa falaciosa de redenção, seja por uma teologia da libertação ou por um conservadorismo idólatra, e são baseadas em suas próprias “soteriologias”, ou seja, enxergam a salvação vindo de nós mesmos, seres humanos. Enquanto a lógica cristã possui apenas Jesus Cristo como fonte da salvação, isso não deve ser mudado. (KOYZIS, 2021, p. 37).

2.2) A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO APÓS A REFORMA PROTESTANTE E SUA EXPRESSÃO NA TRADIÇÃO BATISTA.

⁵ FERREIRA, Franklin. 2016.

Antes de adentrar o nosso recorte histórico, é preciso considerar que o cristianismo surge com o movimento dos primeiros seguidores de Jesus Cristo e enfrenta forte repressão do Império Romano, e a principal motivação para a perseguição é o estilo de vida diferenciado, com rejeição aos ídolos romanos e a adesão à vida de acordo com os preceitos de Jesus. (SHELLEY, 2018).

Tal situação de conflito dos cristãos com o império romano durou até a conversão de Constantino, em 312, de uma maneira bastante singular, posto que o imperador afirmou ter tido um auxílio do Deus dos cristãos para vencer uma batalha contra um exército militarmente superior, o que favoreceu de maneira grandiosa o cristianismo com a possibilidade de uma nova posição e marcava o início de uma estreita relação da Igreja com o Estado.

Durante muitos anos a igreja cristã passou por inúmeras transformações e ao longo dos séculos se afastou dos preceitos básicos ensinados por Jesus e pelos apóstolos, o que motivou o surgimento de homens de Deus para a reforma de crenças e dogmas impregnados na liturgia da igreja, tais como: venda de perdões, indulgências, adoração de imagens, peregrinações, e até mesmo a autoridade papal.

Deve-se destacar dois ilustres homens de Deus que foram precursores do que seria a reforma protestante: João Wycliffe (1300–1384) e João Huss (1369-1415), que denunciavam a postura inadequada do líder da Igreja Católica e o não consideravam como o cabeça da Igreja, posição devida apenas a Jesus Cristo. (SHELLEY, 2018, p. 252).

O ambiente propício para uma separação entre o Estado e a Igreja é gerado pelo próprio comportamento invasivo dos papas com ingerências em assuntos da política nacional, o que cria insatisfação geral entre os príncipes locais, o que daria espaço para uma ruptura ou releitura dos papéis de cada instituição. (VIEIRA, 2021, p. 88)

Anos mais tarde o monge Lutero fazia sua meditação na carta do apóstolo Paulo aos Romanos quando se deparou com as seguintes palavras no capítulo 1, versículo 17: “Porque a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: “O Justo viverá por fé.”⁶ E tal descoberta espiritual foi capaz de provocar profundas discussões e críticas ao sistema religioso e culminou com a fixação das noventa e cinco teses em 31 de outubro de 1517, no Castelo de Wittenberg (Alemanha), que deu a partida na reforma protestante. (SHELLEY, 2018, p. 262)

⁶ Bíblia Sagrada

No ano de 1521 Lutero foi expulso da Igreja Católica, por determinação do Papa Leão X, após o reformador ter se recusado a abandonar suas ideias consideradas heréticas pela cúpula da igreja romana, e ter declarado corajosamente que sua consciência era cativa à Palavra de Deus (SHELLEY, 2018, p. 265).

Cabe registrar que Martinho Lutero defendia a liberdade de crença, liberdade de opinião, de expressão e sobretudo a liberdade religiosa, o que é a base para a construção de um estado laico, ou seja, sem uma religião oficial imposta, ele preceituava que “a ninguém se proíba ensinar ou crer ou dizer o que quiser – seja o evangelho, seja mentiras”. (VIEIRA, 2021, p. 89)

A contribuição de João Calvino (1509 – 1564) deve ser ressaltada, pois compreendia de forma coerente que o Estado não deveria interferir na atuação religiosa, e sim conceder à sociedade em geral e à igreja um conjunto efetivo de legislações que garantisse as liberdades, inclusive a de pregar livremente a Palavra de Deus. (VIEIRA, 2021, p. 91)

Os anabatistas⁷ foram os primeiros cristãos da era moderna a pregar uma absoluta separação entre a igreja e o estado, um retorno às bases de um cristianismo da era apostólica, onde a igreja era composta de homens e mulheres regenerados espiritualmente e aptos ao batismo, e não por uma sociedade cristã nominal, em que o Estado é o maior subsidiário das ações e as crianças são batizadas com vistas a perpetuar uma fé mecânica. (SHELLEY, 2018, p. 272)

O trabalho era árduo e a reforma não foi imediata; muitos desdobramentos foram necessários, havendo conflitos armados, mortes e muitas negociações políticas com os príncipes que puderam decidir sobre qual religião seus súditos seguiriam, o que demonstra ainda a forte ligação entre o poder estatal e a religião. (SHELLEY, 2018, p. 268)

A reforma com seus ideais chegou à Inglaterra no reinado de Henrique VIII; contudo, a consolidação de uma nação protestante só foi consolidada nos reinados seguintes de seus filhos, Eduardo VI (1547-1553) e Elizabeth I (1559 – 1603).

Neste período, o poder do Estado prevalecia sobre a Igreja, o que levou ao início do movimento separatista, que desejava promover uma reforma na Igreja controlada pelo Reino da Inglaterra, nos moldes já experimentados pelos protestantes da Suíça, o que

⁷ Movimento revolucionário que surgiu em Zurique no ano de 1525, com intenção de promover uma reforma mais profunda nas fundações da antiga ordem cristã, que não admitiam qualquer aliança entre a Igreja e o Estado, com severas críticas ao protestantismo oficial, que em nada se diferia do catolicismo.

resultou em resistência e na criação de congregações separatistas. (HAYKIN, 2020, p. 40)

Há que se fazer menção a um importante nome do movimento separatista inglês, o escritor Robert Browne (1550 – 1633) que contribuiu significativamente para o entendimento da separação entre o estado e a igreja, conforme trecho de suas ideias (HAYKIN, 2020, p. 41):

“Em primeiro lugar, Browne reconheceu prontamente o direito das autoridades civis de administrar e governar. No entanto, ele traçou uma linha distinta entre seus poderes na sociedade em geral e seu poder em relação às igrejas locais. Como cidadãos do Estado, os membros individuais dessas igrejas deveriam subordinar-se às autoridades civis, mas, acertadamente, ele destacava, essas autoridades não tinham o direito de impor a religião, plantar igrejas com o uso de força ou coagir o governo eclesiástico por meio de leis e sanções”.

A Inglaterra mergulhada no protestantismo foi capaz de produzir uma legislação publicada em 1593, que determinava que todos os maiores de dezesseis anos deveriam frequentar a paróquia local, e que a ausência injustificada por mais de um mês resultaria em prisão, e após a libertação se o indivíduo se recusasse a seguir os preceitos do governo, teria que escolher entre o exílio ou a morte, com a clara intenção de dissuadir o movimento separatista (HAYKIN, 2020, p 43)

O movimento dos separatistas ingleses, com contribuições dos puritanos, é considerado como o progenitor da denominação batista que surgiu no século XVII, com a chegada de John Smyth (1570 – 1612) na cidade de Amsterdã (Holanda) com sua congregação separatista exilada da Inglaterra em 1608, e pode ser considerada a primeira congregação batista de língua inglesa. (HAYKIN, 2020, p. 44)

A Inglaterra começou a enviar colonos para a América do Norte, durante o século XVI, em busca de uma nova rota para a China, o que não resultou em sucesso. Contudo, as colônias inglesas no Novo Mundo tinham um papel preponderante na prosperidade do império inglês, o que motivou o envio de diversos colonos ingleses para a América, estima-se que entre os anos de 1629 e 1642, aproximadamente 25 mil puritanos deixaram o velho continente rumo às novas terras americanas, como forma de fugir da perseguição religiosa. (SHELLEY, 2018, p. 328).

Os descendentes dos separatistas e puritanos, o que inclui os batistas, foram os que colonizaram o território norte americano e formaram as 13 colônias do leste que

viriam a ser tornar os Estados Unidos da América (VIEIRA, 2021, p. 95), que nasce com a ideia pujante de separação entre o Estado e a Igreja, para que nenhuma pessoa sofra perseguição religiosa, e essa garantia é efetivada pela laicidade (VIEIRA, 2021, p. 99) e da liberdade religiosa, preceitos indispensáveis na declaração da independência dos Estados Unidos da América em 1776.

No Brasil, a religião oficial do Império era o Catolicismo, conforme preceituava o artigo 5^a da Constituição de 1824, entretanto, em razão da presença de ingleses no território, sobretudo com a chegada da família real portuguesa em 1808, foi possibilitada a manifestação de culto dos vassalos do Reino Inglês, desde que sem a manifestação pública, apenas em ambientes domésticos, sem a caracterização de templos. (VIEIRA, 2021, p. 216).

Vieira (2021, p. 220) argumenta que o Brasil se torna laico com a proclamação da República, em 1889, e que é determinado o tratamento igualitário a todas as religiões, sem o embaraço do Estado, o que é sinal da clara intenção dos republicanos de extirpar a relação confessional brasileira com a Igreja Católica Romana, símbolo do período imperial.

Atualmente, nos termos da Constituição Cidadã, promulgada em 1988, há a clara percepção da separação entre a Igreja e o Estado, contudo, nas palavras de Vieira (2021, p. 245), uma laicidade colaborativa que é explicada da seguinte forma:

“O Estado não pode eleger um credo específico e, por meio de políticas públicas, subvencioná-lo. Mas, com relação ao fenômeno religioso, não importando a matriz da crença, a atitude do Estado deve ser sempre benevolente.”

Nas palavras de Koyzis (2021, p. 352) sempre haverá dúvidas de como deve ser a relação entre a Igreja e o Estado, e isso decorre de uma ação natural, sobretudo em razão das fortes e marcantes influências históricas. Contudo, é preciso sempre deixar claro qual é a tarefa da Igreja, o que o escritor define em três marcas principais, a saber: “a pura pregação do evangelho, a correta administração dos sacramentos e a manutenção de disciplina entre os membros.”

2.3) UMA ABORDAGEM PASTORAL E BÍBLICA SOBRE A PUREZA DA IGREJA E OS DESAFIOS DE UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL COM O ESTADO.

Antes de falar sobre os aspectos práticos e de pureza propostos, é preciso fazer uma correta definição do que é a igreja, e utilizaremos a compreensão do Dr. Bledsoe (2022, p. 257):

“A igreja é um ajuntamento de discípulos de Cristo que **representa o reino de Deus na terra e cumpre as ordenanças de seu Senhor Jesus à luz das Escrituras**. Ao entrarem e perseverarem na nova aliança pela graça divina, esses discípulos desfrutam do evangelho e obedecem a ele por meio de seu compromisso mútuo e do Espírito Santo que os regenerou. Tudo isso acontece para a edificação desta igreja e de outras igrejas; o cumprimento de sua missão, o benefício de todos, e para a glória de Deus, que a redimiui.”

Segundo Clowney (2007) a Igreja é uma embaixada do reino de Deus e é representante da autoridade de Cristo na terra, e ela ensina aos seus membros que devem ser sujeitos ao Estado, pois Deus ao estabelecer um governo, o faz para cumprir seu propósito (Romano 13), o que não garante uma “justiça” nas ações destes governos.

A Igreja de Cristo precisa preservar a unidade da fé, e conforme o texto organizado por Dulci (2016) é possível comparar a igreja a uma orquestra que nos presenteia com um modelo bem peculiar de desempenho e harmonia, que tem por definição o resultado da junção perfeita de diversos sons produzidos de forma simultânea, o que nos permite a compreender a ideia de unidade cristã evidente nas Escrituras.

O apóstolo Paulo, inspirado por Deus, ao escrever sua carta aos cidadãos de Éfeso, nos deixou valiosos ensinamentos e um apelo à unidade:

Rogo-vos, pois, eu, o prisioneiro no Senhor, que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com longanimidade, suportando-vos uns aos outros em amor, esforçando-vos diligentemente por perseverar a unidade do Espírito no vínculo da paz.

Efésios 4.1-3

Na oração sacerdotal de Jesus Cristo, registrada no evangelho de João 17.21, ele diz: **“a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste.”**

Na realidade brasileira recente uma das razões principais para o afastamento entre os membros das igrejas tem sido o debate sobre as ideologias políticas, o que provoca intrigas, brigas e dissensões no ambiente congregacional, o que afeta a unidade e a pureza da igreja. (DULCI, 2016, p. 37)

A Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, apresenta valiosas noções de uma relação saudável entre a Igreja e o Estado, quando ao tratar de liberdade religiosa assevera que:

(...) 4 A igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções.⁵ É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo.⁶ **O Estado deve ser leigo e a Igreja livre.** Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus.⁸ (grifo nosso)

Segundo Dever (2024.p. 41), a palavra de Deus deve ser o centro das igrejas, funcionando como um norteador de suas ações, pois Deus decidiu utilizar sua palavra para criar vida, e esse padrão pode ser contemplado nas próprias Escrituras e ao longo da história.

A vida saudável de uma igreja deve ser a preocupação de cada cristão, pois está relacionada diretamente com a própria vida espiritual de seus membros e líderes. É preciso manifestar o evangelho de Deus, eis que fomos chamados para manifestar a glória de Deus. (LEEMAN, 2025)

Em relação ao estado, Leeman (2025, P. 269) nos chama a atenção para o fato que desde a época de Noé, Deus determinou que os governos das nações devam trabalhar pela justiça em questões temporais, ou seja, sua espada não é capaz de alcançar a eternidade, sua ação é apenas no contexto da vida terrena, e por esta razão os cristãos não devem temer a governos injustos.

Ao analisar os textos de Romanos 13:3-4⁹ e de 1 Pedro 2:14¹⁰, é possível verificar que Deus levanta governos para punir os maus e gratificar os bons. Contudo, a interpretação do texto não pode levar ao entendimento de que a intenção do escritor sagrado era que o governo terreno substituísse o papel de Deus, único capaz de proferir julgamento eterno sobre os bons e maus.

⁸ Bíblia

⁹ Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.

¹⁰ quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfeitores como para louvor dos que praticam o bem.

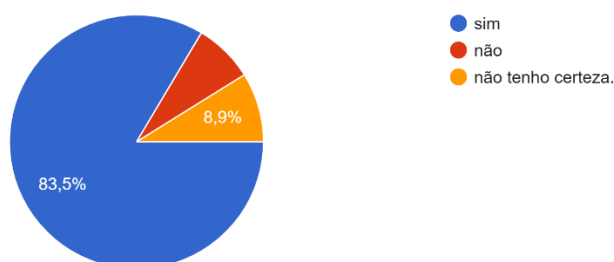
A interpretação de tais textos compartilhados por Leeman (2025, p. 271) é salutar e nos informa que o sentido dos textos é referente à aprovação e louvor das autoridades pagãs, que não ficavam satisfeitas com a adoração ao nome de Jesus, e sim com o cumprimento dos deveres temporais como o pagamento de tributos e a dedicação de honra aos oficiais do governo.

Com o avanço da promiscuidade cultural sobre valores cristãos relacionados ao casamento, à educação de filhos, à sexualidade e às questões de gênero, entre outros temas de relevância, muitos passam a questionar qual deveria ser, de fato, o papel do Estado diante dessas transformações. Surge então a indagação: seria da vontade de Deus que um governo exercesse atuação não apenas nas questões terrenas e temporais, mas também nas espirituais e eternas? E, diante desse cenário, seria prudente considerar qualquer forma de retorno à união entre Igreja e Estado? (LEEMAN, 2025, P.271)

A resposta é negativa em ambos os casos, e nas palavras de Koyzis (2021, p. 347) “Toda a Escritura nos consola com a noção de que a vitória final sobre o mal pertence ao Deus que nos criou e redimiou em Jesus Cristo.” Não é o estado ou a política quem resolverá os problemas da sociedade, Cristo é a resposta.

A maioria dos respondentes (66 pessoas) da pesquisa realizada neste trabalho acadêmico percebe que a política partidária tem causado divisões dentro da igreja, o que confirma a existência de um problema que não é pontual, mas percebido de forma consistente entre membros de diferentes igrejas batistas no estado do Rio de Janeiro.

Você acredita que a política partidária tem causado divisões dentro da igreja?
79 respostas



Nos termos dos ensinamentos de Jesus em Mateus 22:21: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”¹¹ O que pode ser resumido na constatação de que a separação entre a Igreja e o Estado não impede que certas convicções morais sejam

¹¹ Bíblia Sagrada

atribuídas à vida pública, e sim que a implementação deve ser pautada no que Deus instituiu para que os governos a implementem, ou seja, questões temporais e terrenas.

A fim de uma melhor compreensão, Leemam (2025) nos ensina que a tarefa sacerdotal de levar consigo o nome de Cristo não repousa sobre governos ou nações, e sim à Igreja de Cristo, que é composta por pessoas de todas as nações. E a tentativa de implementar uma nação cristã é o mesmo que retornar à antiga aliança, ou designar uma nação sacerdotal para exercer o papel de Jesus como mediador, o que seria contrariar a expressa vontade de Deus.

É Jesus quem edifica a Igreja, e nem mesmo os piores governos podem paralisar a obra realizada pela ação do Espírito Santo. A Igreja detém a autoridade das chaves, que é o poder para fazer pronunciamentos oficiais em nome do próprio Deus, é o que pode ser observado em Mateus 16, com a autoridade de ligar ou desligar na terra aquilo que é ligado ou desligado no céu. (LEEMAN, 2025)

Esses ensinamentos sobre a distinção entre a missão eclesial e a governamental protegem a Igreja de confundir o Reino de Deus com projetos partidários. Quando uma igreja identifica o Reino de Cristo com determinada ideologia, seja de esquerda, seja de direita, a pureza da Igreja é comprometida. Como nos ensinamentos de Grudem (2014, p. 37): “a história parece indicar que o apoio direto do Estado enfraquece a igreja, em vez de fortalecê-la.”

Qual então deve ser o posicionamento da Igreja? Segundo Ferreira (2016) o evangelho deve ser refletido em todas as esferas da criação divina, inclusive nos assuntos e temas políticos, já que Deus criou a humanidade com capacidade de se organizar e estabelecer regras para essa convivência, e que é debatido no âmbito político.

São compreensíveis e bastante corriqueiras divergências de opiniões sobre diversos aspectos da vida cotidiana e de temas como reforma da previdência, aumento da carga tributária, aumento real do salário mínimo, entre outros. Apesar disso, a igreja reunida não será capaz de fazer modificações significativas nesses temas, igualmente um parlamento político não poderá influir nos dogmas religiosos. (KOYZIS, 2021, p. 354)

Verifica-se, portanto, que a política importa ao corpo de Cristo, como preceitua Koysis (2021), pois é parte integrante da criação de Deus, e que ele nos chamou para viver a salvação em todas as áreas da vida, o que inevitavelmente inclui a política.

Diante desse cenário é preciso estabelecer limites dessa atuação, a fim de preservar a pureza da Igreja e sua unidade. Inicialmente, os líderes devem reconhecer que

ao proferir de púlpito manifestações políticas não estão se comunicando adequadamente com o Estado, muito menos com a membresia daquela congregação. (KOYZIS, 2021, p. 358). A pregação deve ser bíblica e transmitir a graça transformadora de Cristo àqueles que estão a ouvir, o que não é possível com a propagação de temas políticos ou campanhas eleitorais veladas.

À luz dessas considerações, as igrejas não devem exigir uma posição política ou doutrínaria específica, sob pena de realizar constrangimento à consciência em questões não permeadas pelas Escrituras. Ou seja, conforme ensina Leeman (2025) a igreja não deve se dividir por contas das inúmeras escolhas de estilo de vida que cada cristão tem que fazer em seu cotidiano, a não ser que tais escolhas sejam efetivamente contrárias a palavra de Deus, o escritor americano expressou bem suas preocupações:

“Assim como tudo o que está fora dos muros do domínio do governo pertence ao campo da liberdade religiosa, também tudo o que está fora dos muros do domínio da igreja pertence ao campo da liberdade cristã. Isso não significa que os princípios da Escritura não se aplicam nesses campos. Igrejas devem, de fato, instruir as consciências dos membros, preparando-os para viverem nesses campos. Contudo, devem então deixar cada consciência individual livre para aplicar os princípios bíblicos como julgar correto.”¹²

Sob essa perspectiva, Grudem (2016) faz valiosas considerações ao concluir que a pregação de todo o evangelho deve também incluir o que as escrituras falam sobre política ou governo, o que nos permite dizer que todos os ensinamentos bíblicos são importantes para o progresso do Reino de Deus e de seus propósitos nesta terra.

Nos termos do texto bíblico, sobretudo nos escritos de Paulo, devemos orar pelos nossos governantes, e por todos que foram investidos de alguma autoridade, para que os crentes possam viver uma vida pacífica e que a Igreja possa cumprir sua missão de forma mais eficiente ou facilitada, ou seja, cristãos devem desejar bons governos. (LEEMAN, 2025, p. 277)

Em situações extremas, como nos casos citados por Koyzis (2021): igrejas alemães sendo vítimas de grupos pró-nazistas (formação da Bekennende Kirche – Igreja Confessante) que levou a elaboração da Declaração de Barmen (1934); além da encíclica Mit Brennender Sorge (1937) direcionada ao povo alemão com intuito de combater as heresias marcionistas e defender a força canônica do Antigo Testamento, bem como as

¹² LEEMAN, Jonathan, 2025, pág. 302.

raízes judaicas do cristianismo, são exemplos de como a igreja deve se posicionar de forma firme rejeitando as idolatrias políticas do momento. (KOYZIS, 2021).

Não houve tentativa de usurpação de líderes políticos, tampouco orientação de votos, mas a defesa firme e enfática dos princípios bíblicos, alertando toda a igreja acerca das ideologias políticas que não estavam em sintonia com as Escrituras, o que deve ser realizado de forma oportuna e no momento certo, o que apenas será possível com a ajuda do Santo Espírito de Deus. (KOYZIS, 2021, p. 359).

Por fim, como é essencial que a Igreja siga em sua missão de proclamar o evangelho que é poder de Deus para a salvação, pois essa é a única solução capaz de promover uma verdadeira mudança em nossa sociedade, como nos ensina Grudem (2014, p. 170):

A menos que um país tenha pessoas transformadas, é pouco provável que seja capaz de aprovar leis excelentes ou eleger líderes excelentes. Nenhum candidato pode vencer eleições com uma campanha em favor de “valores morais no governo” se a população como um todo for desprovida desses valores morais. (Pense em como teriam sido as eleições em Sodoma e Gomorra!). Portanto, é importante que a igreja prossiga com sua tarefa de proclamar o evangelho de Jesus Cristo a fim de mudar o coração e a mente de cada indivíduo. E, a partir do momento em que as pessoas se tornam cristãs, é importante lhes ensinar princípios morais bíblicos que incluam não apenas princípios morais de conduta para a vida individual, mas também princípios a respeito dos papéis e das responsabilidades do governo civil.

3) CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de teologia teve por objetivo analisar a relação entre a Igreja e o Estado, com ênfase na influência da política partidária na pureza e na unidade da Igreja, especialmente no contexto das igrejas batistas brasileiras.

Partindo da hipótese de que as manifestações político-partidárias dentro da Igreja são capazes de macular sua pureza e enfraquecer a unidade, foram utilizados, como procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, bem como a pesquisa de campo com membros e líderes de igrejas batistas do estado do Rio de Janeiro.

A partir da revisão histórica, constatou-se que a tradição reformada e, de modo particular, a tradição batista, inclusive a brasileira, sempre valorizou a distinção entre Igreja e Estado, a liberdade de consciência e a laicidade, com a compreensão que o Estado possui papel legítimo nas questões temporais, enquanto à Igreja cabe a proclamação do evangelho e a formação de discípulos de Cristo.

O levantamento bibliográfico demonstrou que a confusão dessas esferas, seja pela submissão da Igreja ao Estado, seja pela instrumentalização da fé em prol de projetos partidários, historicamente resultou em distorções doutrinárias, perda de testemunho e enfraquecimento da missão eclesial.

A pesquisa realizada com 79 respondentes confirmou, no contexto batista fluminense, a percepção de que a política partidária tem produzido divisões e tensões no ambiente eclesial, afetando relacionamentos, comunhão e participação na vida da igreja.

Uma expressiva maioria dos participantes indicou notar conflitos e afastamentos motivados por posicionamentos ideológicos, ainda que a maior parte das igrejas não adote oficialmente a prática de apoiar candidatos ou orientar votos. Esses dados corroboram a hipótese inicial do trabalho, evidenciando que a polarização política e o partidarismo, quando adentram o cotidiano da igreja local, comprometem sua unidade e podem desviar o foco da centralidade de Cristo, o que compromete a missão/função da Igreja.

Do ponto de vista pastoral, o estudo aponta a necessidade de uma atuação equilibrada: por um lado, reconhece-se a legitimidade do engajamento político do cristão e a importância de refletir o evangelho em todas as esferas da vida; por outro, torna-se imprescindível resguardar o púlpito da instrumentalização partidária, respeitar a liberdade de consciência dos fiéis e preservar a unidade da fé como testemunho do evangelho.

A declaração doutrinária batista, ao reafirmar que “o Estado deve ser leigo e a Igreja livre”, demonstra-se atual e necessária para orientar uma relação saudável entre essas instituições.

Reconhece-se, por fim, que este trabalho possui limitações, como o recorte geográfico restrito ao estado do Rio de Janeiro e o caráter descritivo da pesquisa de campo. Sugere-se, para estudos futuros, a ampliação da investigação a outras regiões e denominações, bem como análises mais aprofundadas sobre práticas pastorais concretas em contextos de forte polarização.

Ainda assim, os resultados aqui apresentados reforçam a urgência de uma reflexão contínua, bíblica e teologicamente fundamentada, a fim de que a Igreja permaneça fiel à sua vocação de proclamar o evangelho e viver para a glória de Deus, sem se deixar capturar por projetos políticos temporais, que em sua essência acabam em idolatria ideológica e não produzem frutos dignos de louvor e honra ao único Deus eterno, justo e santo.

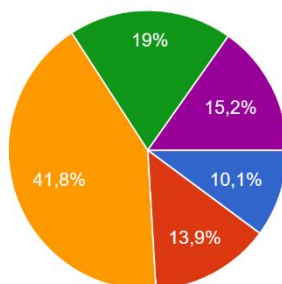
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **Comentários à declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira**, organização Ebenézer Soares Ferreira, 1º Edição, Rio de Janeiro/RJ, Convicção Editora, 2025.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de. Rio de Janeiro:
- BLEDSOE, David Allen. **Igreja regenerada: uma eclesiologia bíblica, histórica e contemporânea**. 1º Edição. São José dos Campos/SP: Fiel, 2022.
- CLOWNEY, Edmund P. **A igreja**. 1ª Edição. São Paulo/SP. Cultura Cristã, 2007.
- DEVER, Mark. **Nove marcas de uma igreja saudável**. 2ª edição. São José dos Campos/SP: Fiel, 2024.
- ERICKSON, Millard J. **Teologia Sistemática**. 1ª edição. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- FERREIRA, Franklin. **Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política**. 1ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- GRUDEM, Wayne A. **Política segundo a bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer**. 1ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- HAYKIN, Michael. **Os primeiros batistas: redescobrimo nossa herança inglesa**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Pro Nobis Editora, 2020.
- KOYZIS, David T. **Visões e ilusões políticas: uma análise crítica cristã das ideologias contemporâneas**. 2ª edição ampliada e atualizada. São Paulo: Vida Nova, 2021.
- LEEMAN, Jonathan. **Autoridade redimida: liderança piedosa para o bem do próximo**. 1ª edição. São José dos Campos/SP: Fiel, 2025.
- SHELLEY, Bruce L. **História do Cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.
- VIEIRA, Thiago Rafael; REGINA, Jean Marques. **Direito religioso: questões práticas e teóricas**. 3ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 2020.
- _____. **A laicidade colaborativa brasileira: da aurora da civilização à Constituição brasileira de 1988**. 1ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 2021.

APÊNDICE A (Pesquisa)

Qual sua função na igreja?

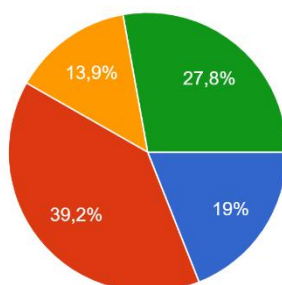
79 respostas



- Pastor presidente
- Pastor auxiliar ou Pastor membro
- Líder de ministério ou departamento
- seminarista
- Membro

Quantos membros sua igreja possui?

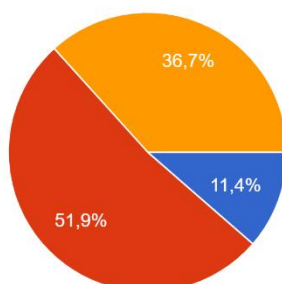
79 respostas



- menos de 100
- entre 100 e 300
- entre 300 e 500
- mais de 500

Há quanto tempo você exerce sua função na igreja?

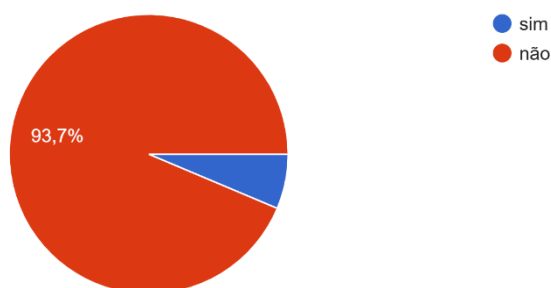
79 respostas



- menos de 1 ano
- entre 1 a 5 anos
- mais de 5 anos

Sua igreja já adotou uma posição política pública (orientou votos em candidatos)?

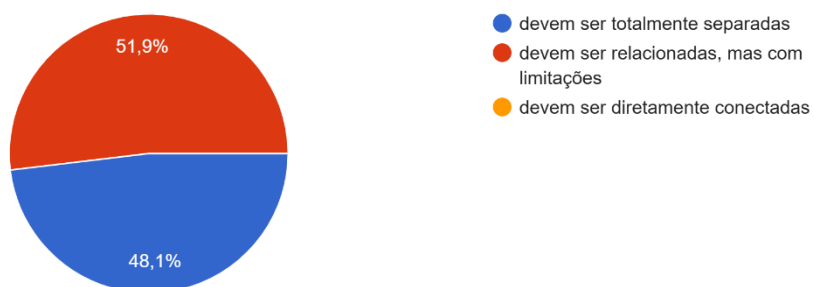
79 respostas



13

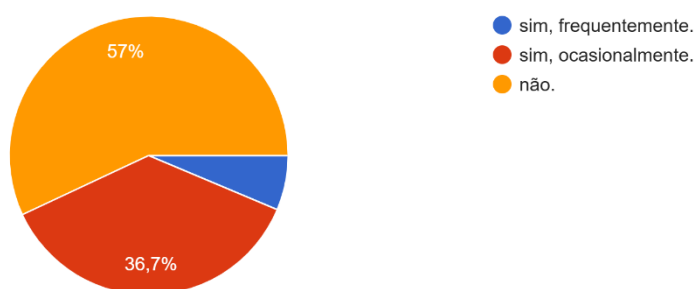
Como você percebe a relação entre fé (Igreja) e política (Estado)?

79 respostas



Você já presenciou discussões sobre política partidária durante reuniões ou cultos na sua igreja?

79 respostas



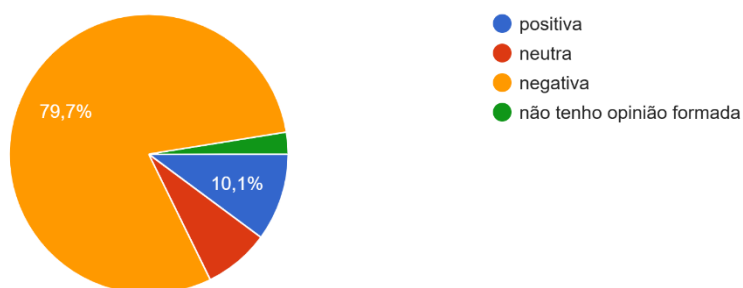
14

¹³ 6,3 % das pessoas responderam: sim.

¹⁴ 6,3 % das pessoas responderam: sim frequentemente.

Qual é a sua opinião sobre a abordagem de temas políticos-partidários nos cultos?

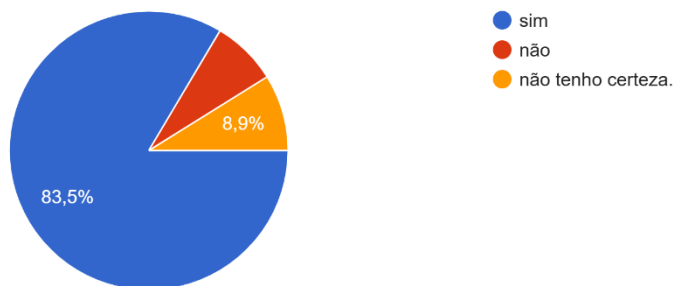
79 respostas



15

Você acredita que a política partidária tem causado divisões dentro da igreja?

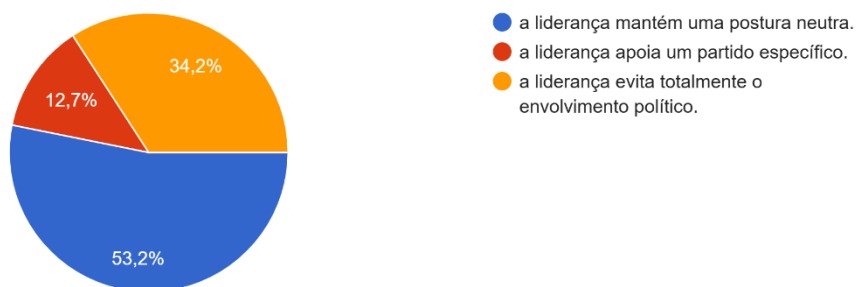
79 respostas



16

Como você avalia o impacto da política partidária nas ações da liderança da sua igreja?

79 respostas

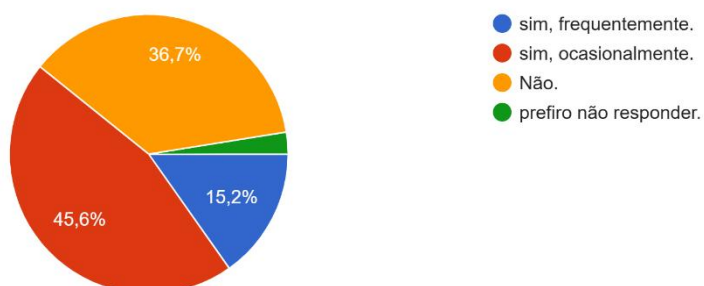


¹⁵ 2,5% das pessoas responderam: “não tenho opinião formada” e 7,6% responderam: “neutra”

¹⁶ 7,6% das pessoas responderam: “não”.

Você percebe tensões ou divisões entre os membros da sua igreja devido à política partidária?

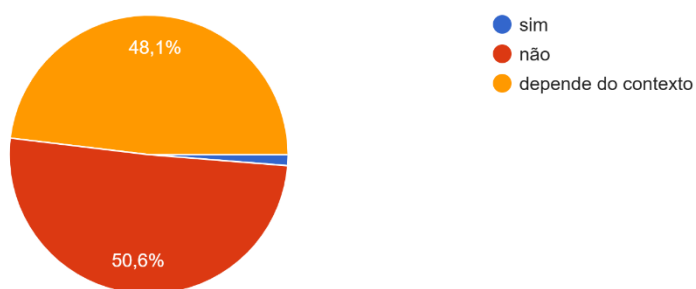
79 respostas



17

Na sua opinião, pastores e líderes evangélicos devem se envolver em atividades político-partidárias?

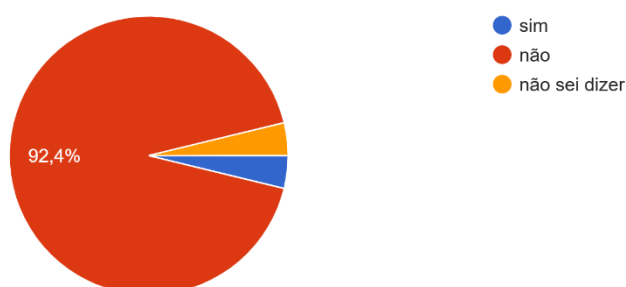
79 respostas



18

Sua igreja apoia ou promove candidatos específicos em tempos de eleições?

79 respostas



19

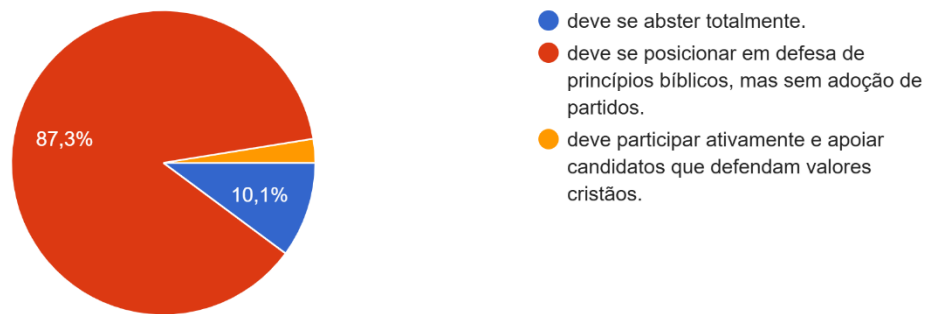
¹⁷ 2,5% das pessoas responderam: “prefiro não responder”.

¹⁸ 1,3% das pessoas responderam: “sim”

¹⁹ 3,8% das pessoas responderam: “sim” e 3,8% responderam: “não sei dizer”.

Como você acredita que a igreja deve se posicionar diante de questões políticas?

79 respostas



20

²⁰ 2,5% das pessoas responderam: “deve participar ativamente e apoiar candidatos que defendam valores cristãos”.